

TRADUTORES E INTÉRPRETES EDUCACIONAIS: REFLEXÕES  
ACERCA DA FORMAÇÃO E CONTRATAÇÃO  
*EDUCATIONAL TRANSLATORS AND INTERPRETERS: REFLECTIONS  
ON TRAINING AND HIRING*

*Muyara dos SANTOS*

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSC. Professora  
Auxiliar Intérprete Educacional do Município de Florianópolis/SC.

 <https://orcid.org/0009-0004-8741-3744> |  [muyaradossantos@gmail.com](mailto:muyaradossantos@gmail.com)

*Ana Paula SANTANA*

Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas – UNICAMP.  
Docente da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

 <https://orcid.org/0000-0002-9508-9866> |  [ana.santana@ufsc.br](mailto:ana.santana@ufsc.br)

SANTOS, Muyara dos; SANTANA, Ana Paula. *Tradutores e intérpretes educacionais: reflexões acerca da formação e contratação*. Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 11, n. 1, e0240009, 2024.

**Resumo:** as políticas públicas de atendimento ao estudante surdo no Brasil reconhecem que o profissional responsável por atuar na mediação linguística é o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras. No contexto educacional, esse profissional é contratado a partir de diferentes pré-requisitos. Desta forma, este estudo tem como objetivo refletir acerca da formação dos tradutores e intérpretes educacionais e a sua contratação no ambiente educacional. Como metodologia, utilizou-se uma pesquisa documental realizada com dois tipos de fontes: a) ementas dos cursos de graduação em Tradução e Interpretação com Habilitação em Libras em nível de bacharel; b) editais estaduais de contratação para o tradutor e intérprete educacional. Durante o estudo percebeu-se que o cenário nacional é bastante diverso, manifestando as necessidades, potencialidades e limites de cada contexto regional. Assim, os resultados apontam para a necessidade de discussões sobre a formação para a atuação do tradutor e intérprete educacional, bem como na falta de consenso nas exigências de contratação deste profissional. Este resultado corrobora com a baixa oferta de cursos superiores de tradução e interpretação na maioria das regiões, o que faz com que as orientações propostas pelos documentos oficiais fiquem distantes da prática. Neste sentido, de maneira emergencial, os editais permitem e abrem precedentes para a contratação de profissionais com formação diversa, algumas vezes sem o pré-requisito da formação em nível superior. Esse recurso, aplicado em situações emergenciais, visa dar conta da educação bilíngue inclusiva e “de qualidade” para os estudantes surdos, solução essa que pode apresentar limites didáticos e metodológicos no exercício da profissão.

**Palavras-Chave:** Tradutor e intérprete educacional. Surdos. Formação. Bilinguismo.

**Abstract:** the public policies of deaf student helpers in Brazil recognizes that the Professional responsible for acting as the linguistic mediator is the translator and interpreter of Brazilian Sign Language - BSL. In the educational context, this Professional is hired based on different prerequisites. This way, the study has as its objective to reflect about the education/background of the educational translator and interpreter and their hiring in the educational environment. It was used as a methodology, a desk research made with two types of sources: a) Summaries of the graduation courses on translation and interpretation specialized in BSL at bachelor's level; b) State editorials on educational translators and interpreters hiring. During the study, it was noticed that the situation in the country is very diverse, manifesting the necessities, potential and limits of each regional context. Thus, the results point to the necessity of discussions about the training for educational translator and interpreter roles, as well as the lack of consensus regarding the requirements for hiring these professionals. This finding aligns with the limited availability of higher education courses in translation and interpretation in most regions, which results in a gap between the official guidelines and practical applications. In this regard, as an emergency measure, the hiring notices permit and open the possibility of hiring professionals with different backgrounds, sometimes without the prerequisite of higher education. This resource, applied in emergency situations, aims to address the inclusive and “high-quality” bilingual education for deaf students; however, this solution may present didactic and methodological limitations in the exercise of the profession.

**Keywords:** Educational translator and interpreter. Deaf. Education. Bilingualism.

 <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2024.v11n1.e0240009>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

# TRADUTORES E INTÉRPRETES EDUCACIONAIS: REFLEXÕES ACERCA DA FORMAÇÃO E CONTRATAÇÃO

## *EDUCATIONAL TRANSLATORS AND INTERPRETERS: REFLECTIONS ON TRAINING AND HIRING*

*Muyara dos SANTOS<sup>1</sup>*

*Ana Paula SANTANA<sup>2</sup>*

**Resumo:** as políticas públicas de atendimento ao estudante surdo no Brasil reconhecem que o profissional responsável por atuar na mediação linguística é o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - Libras. No contexto educacional, esse profissional é contratado a partir de diferentes pré-requisitos. Desta forma, este estudo tem como objetivo refletir acerca da formação dos tradutores e intérpretes educacionais e a sua contratação no ambiente educacional. Como metodologia, utilizou-se uma pesquisa documental realizada com dois tipos de fontes: a) ementas dos cursos de graduação em Tradução e Interpretação com Habilitação em Libras em nível de bacharel; b) editais estaduais de contratação para o tradutor e intérprete educacional. Durante o estudo percebeu-se que o cenário nacional é bastante diverso, manifestando as necessidades, potencialidades e limites de cada contexto regional. Assim, os resultados apontam para a necessidade de discussões sobre a formação para a atuação do tradutor e intérprete educacional, bem como na falta de consenso nas exigências de contratação deste profissional. Este resultado corrobora com a baixa oferta de cursos superiores de tradução e interpretação na maioria das regiões, o que faz com que as orientações propostas pelos documentos oficiais fiquem distantes da prática. Neste sentido, de maneira emergencial, os editais permitem e abrem precedentes para a contratação de profissionais com formação diversa, algumas vezes sem o pré-requisito da formação em nível superior. Esse recurso, aplicado em situações emergenciais, visa dar conta da educação bilíngue inclusiva e “de qualidade” para os estudantes surdos, solução essa que pode apresentar limites didáticos e metodológicos no exercício da profissão.

**Palavras-Chave:** Tradutor e intérprete educacional. Surdos. Formação. Bilinguismo.

**Abstract:** the public policies of deaf student helpers in Brazil recognizes that the Professional responsible for acting as the linguistic mediator is the translator and interpreter of Brazilian Sign Language - BSL. In the educational context, this Professional is hired based on different prerequisites. This way, the study has as its objective to reflect about the education/background of the educational translator and interpreter and their hiring in the educational environment. It was used as a methodology, a desk research made with two types of sources: a) Summaries of the graduation courses on translation and interpretation specialized in BSL at bachelor's level; b) State editorials on educational translators and interpreters hiring.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSC. Professora Auxiliar Intérprete Educacional do Município de Florianópolis/SC. E-mail: [muyaradossantos@gmail.com](mailto:muyaradossantos@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8741-3744>

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas – UNICAMP. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. E-mail: [ana.santana@ufsc.br](mailto:ana.santana@ufsc.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9508-9866>

During the study, it was noticed that the situation in the country is very diverse, manifesting the necessities, potential and limits of each regional context. Thus, the results point to the necessity of discussions about the training for educational translator and interpreter roles, as well as the lack of consensus regarding the requirements for hiring these professionals. This finding aligns with the limited availability of higher education courses in translation and interpretation in most regions, which results in a gap between the official guidelines and practical applications. In this regard, as an emergency measure, the hiring notices permit and open the possibility of hiring professionals with different backgrounds, sometimes without the prerequisite of higher education. This resource, applied in emergency situations, aims to address the inclusive and “high-quality” bilingual education for deaf students; however, this solution may present didactic and methodological limitations in the exercise of the profession.

**Keywords:** Educational translator and interpreter. Deaf. Education. Bilingualism.

## INTRODUÇÃO

A prática de tradução e interpretação antecede o reconhecimento da língua de sinais, tanto no campo linguístico como legislativo (Nascimento, 2016). Inicialmente a atividade era exercida por familiares de pessoas surdas, colegas do contexto religioso, pessoas que atuavam na esfera comunitária ou usuários da língua de sinais que realizavam a interpretação nas atividades rotineiras. Desta forma, o exercício da tradução e interpretação de língua de sinais acontecia de maneira informal, sem remuneração e sem formação específica para atuação.

Em meados da década de 80 do século passado, havia algumas propostas de capacitação para os tradutores e intérpretes de língua de sinais (doravante TILS), principalmente no contexto religioso (Martins; Nascimento, 2015). O primeiro Encontro Nacional dos Intérpretes de Língua de Sinais ocorreu no ano de 1988, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS). Este encontro teve o objetivo de verificar as demandas dos TILS e reduzir os entraves comunicacionais (Albres, 2015). Em 1992, outro encontro foi realizado, aprovando o código de ética dos tradutores e intérpretes de Língua de Sinais no Brasil e criando o Departamento Nacional de Intérpretes (Anater; Passos, 2010), descentralizando escritórios em várias regiões do País.

Neste mesmo período, a educação para surdos estava iniciando seu processo na perspectiva inclusiva. Embora a figura do profissional TILS ainda não fosse obrigatória, a demanda por estes profissionais na área educacional começava a despontar, e os estudantes surdos matriculados nas Unidades de Ensino reivindicavam seus direitos linguísticos. Em 1997, o MEC admitiu não haver formação e pessoas habilitadas para a função e, nesse caso, o exercício laboral poderia acontecer por pessoas que tivessem boa fluência na língua de sinais e na Língua Portuguesa (Albres, 2015).

No início do século XXI, mediante a escassez de formação profissional para atuação nas Unidades de ensino, o MEC financiou o “Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos”, com o objetivo de capacitar profissionais TILS para atuarem na esfera educacional (Albres, 2015). Nesse mesmo período, a Libras foi reconhecida por meio da Lei nº 10.436/2002 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A partir da publicação do

decreto, iniciam-se as movimentações para a implementação da formação específica para o cargo de tradutor e intérprete.

Embora nos últimos anos tenhamos cada vez mais produções científicas sobre o TILS (Souza, 2007; Lacerda, 2009; Albres, 2015; Albres; Rodrigues, 2018; Lacerda; Santos, 2015; Lacerda; Santiago, 2022), ainda há muitas lacunas para esta discussão, principalmente relacionada a sua formação.

Desta forma, este estudo justifica-se à medida que analisa as condições de contratações de trabalho dos TILS que atuam no ambiente educacional a partir dos editais estaduais, o que implica reflexão na elaboração dos pré-requisitos necessários para a contratação do profissional. Além disso, colabora com as discussões acerca das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Letras-Libras, nível bacharelado, a partir da discussão sobre a formação dos graduandos para o mercado de trabalho no contexto educacional. Diante disso, o objetivo deste estudo é refletir acerca da formação dos tradutores e intérpretes educacionais e a sua contratação no ambiente educacional.

Para tanto, a metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa documental, que Gil (2017), descreve por meio da utilização de documentos desenvolvidos para diversas finalidades, como autorizações, cartas, resoluções, memorandos, legislações, etc. A escolha em utilizar a análise documental ocorre em virtude das possibilidades de relacionar informações documentais com o contexto sócio-histórico de grupos específicos (Sá-silva; Almeida; Guindani, 2009). Foram utilizados neste estudo dois tipos de fontes: ementas dos cursos de graduação em Tradução e Interpretação com Habilitação em Libras, em nível de bacharelado e editais estaduais de contratação para Tradutor e Intérprete Educacional.

## **PERCURSO FORMATIVO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS**

O Decreto nº5.626 (Brasil, 2005), além de instituir o curso superior de tradução e interpretação, regulamenta o programa de certificação (PROLIBRAS) por um período de dez anos. Essa organização leva em consideração o intervalo mínimo entre o início da graduação e a formatura da primeira turma de tradutores e intérpretes. Neste sentido, o exame de proficiência foi idealizado para suprir a necessidade urgente nas Unidades de Ensino.

A proposta inicial era de que o exame PROLIBRAS fosse realizado anualmente, por dez anos, ou seja, deveria haver dez edições, mas ocorreram apenas sete. Logo após ocorrer a primeira, algumas instituições de ensino superior passaram a exigir o certificado como critério para contratação, e o PROLIBRAS tornou-se um instrumento disciplinar para o exercício profissional (Nascimento, 2016). Ao analisar os relatórios técnicos emitidos pelas comissões organizadoras dos exames, é possível quantificar os profissionais certificados em proficiência

na tradução e interpretação da Libras - Língua Portuguesa e observar algumas mudanças durante as edições. Observados com mais detalhes na tabela a seguir:

**Tabela 1** - Número de profissionais certificados

Edição/Ano	Nível médio	Nível superior
PROLIBRAS 2006	562 aprovados	178 aprovados
PROLIBRAS 2007	547 aprovados	193 aprovados
PROLIBRAS 2008	601 aprovados	122 aprovados
PROLIBRAS 2009	430 aprovados	92 aprovados
PROLIBRAS 2010	271 aprovados	162 aprovados
PROLIBRAS 2012/2013	242 aprovados	-----
PROLIBRAS 2015	777 aprovados	-----
<b>TOTAL</b>	3430 aprovados	747 aprovados

Fonte: As autoras, a partir dos dados disponíveis no site prolibras<sup>3</sup>.

As edições que aconteceram até o ano de 2010 dispunham a opção de certificação em nível superior, porém, no ano seguinte havia apenas a alternativa para o nível médio. Esta alteração ocorreu devido ao veto sobre a formação em nível superior do TILS na legislação que regulamenta a profissão, por meio da Lei nº12.319 (Brasil, 2010). Apesar do avanço no reconhecimento profissional, por meio da regulamentação da função, o veto referente a formação em nível superior influenciou as contratações, como será visto mais adiante.

Conforme demonstrado na tabela acima, a última edição do Prolibras foi realizada em 2015, certificando 4177 profissionais para atuarem na tradução e interpretação, sujeitos aptos a atender nas mais diferentes esferas. Concomitante aos processos de certificação, o primeiro curso superior de Letras - Libras a distância foi iniciado na Universidade Federal de Santa Catarina em 2006, com habilitação em licenciatura, atendendo várias regiões do Brasil. Em 2008, foi inaugurada a habilitação em bacharelado, responsável por formar os profissionais TILS. O curso contou com o subsídio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação (SEED/MEC), da Secretaria de Educação Especial (SEESP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (Rodrigues, 2018). Em 2009, o curso foi criado na modalidade presencial na UFSC, em ambas as habilitações. Outro fator importante que impulsionou a ampliação da oferta de cursos superiores na área da tradução e interpretação de língua de sinais, foi a criação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite, lançado em 2011. No planejamento constava a criação de 27 cursos de Letras/Libras – Licenciatura e 27 cursos de Letras/Libras – Bacharelado, com 2.700 vagas por ano para a formação de TILS (Brasil, 2011).

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.prolibras.ufsc.br/>

A proposta do plano teve um grande impacto na criação de cursos de graduação e, atualmente, de acordo com o portal e-MEC<sup>4</sup>, o território nacional conta com dez Instituições de Ensino Superior ofertando cursos de bacharelado para a formação de TILS:

**Quadro 1** - Instituições que ofertam graduação em grau de bacharel

Instituição	Modalidade	Data de início
Universidade Federal De Santa Catarina (UFSC)	A distância <sup>5</sup>	28/06/2008
	Presencial	03/08/2009
Universidade Federal do Rio De Janeiro (UFRJ)	Presencial	30/10/2013
Universidade Federal De Goiás (UFG)	Presencial	06/03/2014
Universidade Federal Do Espírito Santo (UFES)	Presencial	01/04/2014
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Presencial	18/08/2014
Universidade Federal De São Carlos (UFSCAR)	Presencial	01/09/2014
Fundação Universidade Federal Da Grande Dourados (UFGD)	A distância	01/02/2019
Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI)	A distância	11/02/2019
Faculdade Única de Ipatinga (FUNIP)	A distância	12/10/2020
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) <sup>6</sup>	Presencial	12/08/2015

Fonte: As autoras, a partir das informações disponíveis no site do e-MEC.

Ao analisar a oferta de cursos por regiões brasileiras, nota-se uma desproporção na oferta de formação em nível superior para TILS. Verifique-se que a região Sudeste possui a maior oferta, enquanto a Nordeste não oferece curso de Letras Libras em nível de bacharelado. Essa discrepância pode ser melhor observada abaixo:

**Quadro 2** - Oferta de cursos por região

Região Sul	Região Sudeste	Região Centro-oeste	Região Norte
UFSC – SC	UFRJ – RJ	UFG – GO	UFRR – RR
UNIASSELVI – SC	UFSCAR – SP	UFGD – MS	
UFRGS – RS	UFES – ES		
	FUNIP – MG		

Fonte: As autoras.

<sup>4</sup> Pesquisa realizada no dia 08 de maio de 2023, no site <https://emec.mec.gov.br/>.

<sup>5</sup> Polos de apoio presencial em Macapá (AP) – UNIFAP, Marabá (PA) – UNIFESSPA e Santo André (SP) – UFABC.

<sup>6</sup> A Instituição UFRGS não constava na lista do site do e-MEC até a publicação deste artigo, porém foi inserida no estudo devido ao conhecimento das autoras sobre a oferta deste curso, das produções científicas na área e também por ser uma universidade federal de grande importância.

Neste contexto, a ausência de cursos de graduação em nível de bacharel na região Nordeste certamente tem um impacto significativo nas contratações de TILS considerando que esses cursos são responsáveis por formar os profissionais para atuação em diversos ambientes, especialmente no campo educacional. Outra discrepância na oferta de cursos superiores na área de Libras está relacionada ao grau do curso. A comparação entre os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Letras Libras evidencia uma disparidade significativa. Para avaliar a situação, foi realizada uma busca no site do e-MEC, com o objetivo de quantificar os cursos de graduação em Letras Libras em nível de Licenciatura no Brasil no ano de 2023. O resultado da pesquisa revela que cinquenta e cinco instituições de ensino superior oferecem o curso de Letras Libras no grau de licenciatura, um número relativamente significativo em comparação com os dez cursos em grau de bacharel apresentados no quadro anterior.

Considerando a grande demanda no campo educacional, contexto que, aliás, foi decisivo para impulsionar a profissão do TILS, questiona-se aqui a formação desses profissionais para atuarem na área educacional. Afinal, existe necessidade de alguma habilidade específica para atuar nessa área? De que forma os cursos de graduação estão promovendo a formação para essa atuação?

## **TRADUTOR E INTÉRPRETE NO AMBIENTE EDUCACIONAL**

No contexto educacional encontramos uma “floresta terminológica” relacionada à nomenclatura para designar o profissional TILS. Albres (2015), descreve vários termos utilizados a partir da sua pesquisa realizada nos documentos oficiais relacionados às políticas públicas. A autora encontrou dezesseis nomeações diferentes para o cargo:

Intérpretes; Intérprete da Língua de Sinais; Intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa; Intérprete de LIBRAS; Intérpretes profissionais da Língua de Sinais; Tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa; Tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa; Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; Tradutores/intérpretes da Libras; Professor intérprete da Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa; Professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis; Professor-intérprete; Intérprete Educacional; Intérprete especialista para atuar na área da educação; Intérprete-tutor; Tradutor/intérprete escolar (Albres, 2015, p. 39)

Nestes registros, encontram-se designações que se referiam somente a interpretação, outras somente a tradução, e ainda há formas que utilizavam o termo “professor” conjuntamente, como, por exemplo, a nomenclatura “Professor-intérprete” (Albres, 2015). Assim, evidencia-se uma flutuação de terminologias para designar este profissional. Essa variação ocorre tanto da forma como é concebido o trabalho do profissional, quanto do contexto em que este profissional é citado nos documentos oficiais. Em outras palavras, há ênfase em um ou outro termo: intérprete/tradutor e até “professor”.

Na literatura da área educacional, encontram-se muitos estudos utilizando a terminologia Intérprete Educacional. (Souza, 2007; Lacerda 2009; Albres, 2015; Antonio; Mota; Kelman, 2015; Santos, 2021). Embora esta seja utilizada por vários autores, neste artigo será adotado “Tradutor e Intérprete Educacional (doravante TIE)”, a partir do momento em que se compreende que este profissional não atua exclusivamente na realização de interpretações simultâneas ou consecutivas em sala de aula. Há trabalhos de tradução, mesmo que estes sejam em menor número, como a tradução de materiais pedagógicos para as aulas e tradução de vídeos institucionais.

Outro ponto que precisa ser destacado é a utilização do termo “educacional” para marcar não apenas o local de trabalho (a sala de aula/a escola/ a universidade), mas também práticas diferenciadas de atuação do TILS em outras esferas. Isso implica conhecimentos específicos para atender o contexto educacional, assim como a expectativa dos estudantes surdos (Lacerda, 2009; Albres, 2015; Santos, 2021). Ainda que não substitua o professor, Lacerda (2009), por exemplo, afirma que a prática interpretativa no ambiente educacional é entrelaçada por tarefas pedagógicas, que colocam o TIE como agente participativo na equipe educacional, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico.

É nesse contexto que Martins (2013) afirma que a “posição-mestre” que o TIE assume em sala de aula refere-se a sua atuação ativa na interação estudante/TIE/professor. Para a autora, em virtude da proximidade com o estudante, o TIE não adota uma postura de neutralidade, visto que, durante a interpretação, faz escolhas que julga serem necessárias para fomentar conteúdos específicos (Martins, 2013). Ainda sobre a proximidade dos cargos de educador e TIE, Martins e Nascimento (2022, p. 1739), discutem que “[...] a similaridade prática dessas funções, executadas pelo docente e pelo intérprete, impossibilitam-nos dissociar a atuação do intérprete educacional das formas de condução pedagógica para a produção de conhecimento”.

Para ilustrar essa discussão, realizou-se uma busca na literatura centrada na temática do TILS no ambiente educacional que abordava especificamente os conhecimentos fundamentais para atuação neste campo. Apresenta-se na tabela abaixo uma síntese com o objetivo de analisar os conhecimentos específicos necessários para atuação na esfera educacional citados nas referências.

### Quadro 3 - Conhecimentos específicos do TIE

Conhecimentos específicos
“Estar atento às apreensões feitas pelos alunos surdos e aos modos como eles efetivamente participam das aulas” (Lacerda, 2009, p.34).
“Tenha preparo para atuar no espaço educacional também como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos” (Lacerda, 2009, p.34).
“O trabalho do IE vai além de fazer escolhas ativas sobre o que deve traduzir, envolvendo também modos de tornar conteúdos acessíveis para o aluno” (Lacerda, 2009, p.35).
“É necessário que o intérprete compreenda a intenção do discurso, o projeto de dizer do professor, para assim desenvolver uma interpretação satisfatória” (Albres, 2015, p.85).
“Estejam conscientes de suas responsabilidades e devidamente preparados para lidarem com os processos tradutórios e interpretativos que se desenvolvem nos contextos educacionais, os quais demandam conhecimentos, habilidades, atitudes e metarreflexão na solução de problemas e tomadas de decisão” (Albres; Rodrigues, 2018, p.19).
“Além do conhecimento linguístico e dos processos de tradução e interpretação, são necessários conhecimentos pedagógicos para atuar em sala de aula, bem como conhecimentos sobre ética e postura profissional” (Santos, 2021, p.5).
“Exige do profissional conhecimentos mínimos sobre os processos de ensino e aprendizagem do estudante surdo” (Santos, 2021, p.5).

Fonte: As autoras.

Com base nos pontos levantados, verifica-se que a atuação do TIE tem sido descrita na literatura por um discurso que destaca um trabalho pedagógico para além do conhecimento linguístico e interpretativo. Isso legitima para o TIE atitudes que podem se assemelhar às de um “educador”, embora de maneira um tanto nebulosa. Essa ênfase vai ao encontro da perspectiva do TIE como um profissional da/para a educação. É nebuloso porque não se explica exatamente qual seria esse papel pedagógico dos TIEs, afinal, o que implica conhecimento de processos de ensino e aprendizagem? Por exemplo, bastaria ao TIE ter conhecimento do cenário de uma sala de aula? Da estrutura de uma instituição de ensino? Das metodologias avaliativas? Dos recursos metodológicos de ensino? Ou esse conhecimento de ensino e aprendizagem deveria estar relacionado diretamente ao estudante surdo? Os estudos revisados não evidenciam essas questões.

Vale ressaltar que a atuação do TIE vai além da sala de aula, envolve atuar nos momentos de planejamentos das atividades e nas reuniões (Costa, 2017). Além disso, tais estratégias podem tornar-se mais complexas, dependendo do nível escolar em que o estudante está matriculado. Neste sentido, autores como Antonio, Mota e Kelman (2015), ressaltam

que a formação mais adequada ao TIE, deveria ser composta por duas áreas conjuntas, sendo docência e interpretação.

Mediante o exposto, é interessante analisar sobre as disciplinas ofertadas nas graduações responsáveis por formar TIEs. Com esse objetivo foram verificadas as ementas dos currículos dos cursos de graduação em Letras Libras e Pedagogia Bilíngue. Realizou-se uma pesquisa através da busca nas ementas dos cursos das Universidades Federais, Institutos Federais e Universidades particulares, cadastradas no site do e-MEC. Como resultado, obteve-se a seguinte composição: dez instituições ofertam, em 2023, o curso de graduação em Letras Libras - sendo oito em Universidades Federais e duas em Instituições particulares; uma instituição oferta o curso de Pedagogia Bilíngue, com abrangência em treze polos de apoio presencial.

A partir dos cursos cadastrados no portal do e-MEC, constatou-se que, das dez instituições que ofertam a graduação em Letras Libras, nove dispõem as ementas ao acesso público (descritas na tabela abaixo), e uma não foi possível encontrar informação a respeito da matriz curricular. Quanto ao curso de Pedagogia Bilíngue oferecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, a busca limitou-se à Instituição de apoio presencial no estado de Santa Catarina, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Para a busca foram selecionadas as palavras-chave: intérprete educacional, contextos educacionais, contexto escolar e educação de surdos, obtendo o seguinte quadro:

**Quadro 4** - Disciplinas ofertadas

Curso/ Instituição	Disciplina	Conteúdo Programático (ementa)
Letras-Libras - bacharelado em tradução e interpretação (UFES) <sup>7</sup>	Tradução e Interpretação em espaços educacionais (4º período)	Discussão e debates referentes à atuação do tradutor-intérprete de Língua de Sinais em espaços educacionais. A constituição do intérprete educacional.
	Estágio Supervisionado I (6º período)	Realização de estágio em interpretação da Língua de Sinais Brasileira para a Língua Portuguesa no contexto educacional de atuação com supervisão.

<sup>6</sup> <https://letras.ufes.br/pt-br/matriz-curricular-4>

Letras-Libras (UFSC) <sup>8</sup> Presencial	Estudos da Interpretação I (3º período)	Papéis em diferentes espaços de atuação: intérprete generalista e intérprete educacional.
	Laboratório em interpretação I (6º período)	Aplicação teórica e prática de interpretação Português - Libras - Português em contextos educacionais.
	Interpretação Educacional (optativa)	O conteúdo não está disponível no currículo do curso.
Letras-Libras (UFSC) <sup>9</sup> EAD	Prática de Interpretação I (3º período)	Prática de interpretação Português-Libras/ Libras-Português na esfera educacional.
Letras-Libras(UFRJ) <sup>10</sup>	Laboratório de Tradução e Interpretação de Libras-Língua portuguesa I (4º período)	Teoria e prática de tradução e interpretação de Libras-português-Libras em contextos educacionais.
Letras-Libras (UFRR) <sup>11</sup>	Interpretação de língua de sinais III (5º período)	Atuação do intérprete de língua de sinais na mediação educacional: atuação, formação e fronteiras da prática em sala de aula.
	Estágio em interpretação da língua de sinais brasileira e língua portuguesa: contexto escolar (6º período)	Realização de estágio em interpretação da Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa no contexto escolar.
Letras Libras com habilitação em tradutor/intérprete em Libras (UFGD) <sup>12</sup>	Estudos da interpretação I (4º período)	Papéis em diferentes espaços de atuação: intérprete generalista e intérprete educacional.
	Laboratório de interpretação I (6º período)	Aplicação prática de interpretação Português – Libras – Português em contextos educacionais e culturais.
Letras: tradução e interpretação em Libras/ Português (UFG) <sup>13</sup>	Introdução aos Estudos de Tradução/Interpretação de Línguas de Sinais	O papel do intérprete de língua de sinais na sala de aula. A representação do “intérprete-pedagógico” na educação de surdos.

<sup>7</sup> <https://letraslibras.grad.ufsc.br/curriculo-do-curso/>

<sup>8</sup> <http://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculoCurso?curso=715>

<sup>10</sup> <https://www.portal.letras.ufrj.br/graduacao/cursos-de-graduacao/letras-libras.html>

<sup>11</sup> <https://sigaa.ufr.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=1048>

<sup>12</sup> <https://portal.ufgd.edu.br/coordenadoria/cograd/ppcs>

<sup>13</sup> <https://letras.ufg.br/p/295-matriz-curricular?atr=en&locale=en>

Tradução e interpretação em língua brasileira de sinais – Libras/Língua Portuguesa (UFSCAR) <sup>14</sup>	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional I (3º período)	Análise crítica e reflexiva da atuação do intérprete junto à comunidade surda infantil nos espaços sociais educacionais. Atividades práticas de tradução e interpretação Libras - português voltadas às necessidades da Educação Infantil e Ensino Fundamental I.
	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional II (4º período)	Análise crítica e reflexiva da atuação do intérprete junto à comunidade surda infanto-juvenil nos espaços sociais educacionais. Atividades práticas de tradução e interpretação Libras - português voltadas às necessidades do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.
	Tradução e Interpretação na Esfera Educacional III (5º período)	Análise crítica e reflexiva da atuação do intérprete junto à comunidade surda adulta nas instituições de Ensino Superior. Atividades práticas de tradução interpretação Libras - português voltadas às necessidades do Ensino Superior
Letras Libras(Uniasselvi) <sup>15</sup>	Estágio Curricular Obrigatório II (6º período)	Caracterização da atuação do profissional TILSP em instituições de educação básica.
	Estágio Curricular Obrigatório III (7º período)	Caracterização da atuação do profissional TILSP no ensino técnico e ensino superior.
Pedagogia bilíngue (IFSC) <sup>16</sup>	Libras: infâncias, aprendizagem e subjetividades (2º período)	Estudo e discussão em Libras sobre a infância da criança Surda e subjetividade e diferença da criança Surda nos espaços escolar, social e familiar.
	Libras: Projetos interdisciplinares (4º período)	A Libras e os processos de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas de conhecimento.
	Políticas Públicas e Educação Bilíngue (5º período)	Políticas educacionais. Políticas no contexto da educação de surdos.
	Libras: A diferença no cotidiano escolar (6º período)	As diferentes especificidades do sujeito surdo no ambiente escolar.

<sup>14</sup> [http://www.tilsp.ufscar.br/assets/anexos/matriz\\_curricular\\_curso\\_tilsp.pdf](http://www.tilsp.ufscar.br/assets/anexos/matriz_curricular_curso_tilsp.pdf)

<sup>15</sup> [https://conteudos.uniasselvi.com.br/documentacao\\_legal/](https://conteudos.uniasselvi.com.br/documentacao_legal/)

<sup>16</sup> [http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/PALHO%C3%87A\\_PPC\\_Pedagogia\\_Bilingue\\_PRESENCIAL.pdf](http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/PALHO%C3%87A_PPC_Pedagogia_Bilingue_PRESENCIAL.pdf)

Letras: tradução e interpretação em Libras/ Português (UFRGS) <sup>17</sup>	Prática de interpretação em Libras I (4º período)	Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos educacionais.
	Prática de interpretação em Libras II (5º período)	Aplicação teórica e prática de interpretação Português-Libras-Português em contextos educacionais.

Fonte: As autoras, com base nas matrizes curriculares disponíveis nos sites das Instituições.

Constata-se, a partir da tabela acima, que a formação em nível de graduação aborda superficialmente a especialidade da tradução e interpretação educacional nos cursos de Letras Libras, apresentando poucas disciplinas com ênfase no contexto escolar. Sobre esse ponto, Rodrigues (2019) conduziu uma pesquisa analisando as formações do TILS e verificou que as formações propostas não se estendem para além de um profissional generalista.

Se, de um lado, a graduação em Letras-Libras oferece pouca formação para essa atuação educacional, de outro, ao analisar a matriz curricular do Curso de Pedagogia Bilíngue, observa-se que há também pouca oferta de disciplinas sobre a atuação no ambiente escolar. Sobre essa questão Souza (2007), levanta a seguinte hipótese:

A formação do intérprete educacional demanda uma dupla formação, a saber, aquela própria da tradução (em geral, campo dos cursos de Linguística e Letras) e aquela que se inscreve no campo da Educação (Pedagogia e Licenciaturas); especialmente no caso do intérprete contratado para atuar no contexto escolar e convocado a participar do processo educativo de estudantes surdos, e em especial, daqueles matriculados nas séries iniciais de ensino (Souza, 2007, p. 169).

De fato, a formação inicial do TIE precisa ser repensada, considerando seu importante papel na educação. As autoras Lacerda e Santiago (2022), enfatizam a urgência em discutir a formação do TILS, pois as recentes discussões apontam para áreas de atuação específicas. Acredita-se que discutir os diferentes ambientes de atuação, pode favorecer a formação, visto que, cada ambiente tem sua especificidade.

A respeito da atuação em outros contextos fora do educacional, há poucos estudos, conforme relatam Lacerda e Santos (2018). As autoras realizaram uma pesquisa sobre o TILS que atua em conferências acadêmicas e verificaram que “o contexto de conferência se diferencia de outros, pois a interação entre palestrante e plateia é limitada e existem protocolos específicos que geram explicações mais formais” (Lacerda; Santos, 2018, p. 66). Vale destacar que, se por um lado o profissional que atua em ambientes de conferência enfrenta limitações com os sujeitos surdos, por outro, o contexto educacional possibilita uma maior aproximação com os sujeitos surdos, permitindo assim a construção de sentidos mais profundos (Lacerda; Santos,

<sup>17</sup> <https://www.ufrgs.br/letraslibras/projeto-pedagogico/>

2015). Isto posto, destaca-se algumas estratégias utilizadas pelos TIEs que são específicas desse contexto.

- Incentivo a participação do estudante durante as aulas, a partir de perguntas e comentários sobre a dinâmica da sala de aula;
- Uso de imagens visuais (imagens de celular, recortes de gravuras, desenhos no quadro), para construir o sentido de palavras que o estudante ainda não domina;
- Checagem da compreensão do estudante em relação ao tema ministrado em aula;
- Reflexão, em conjunto com o professor regente, sobre o melhor posicionamento do estudante surdo em sala de aula, com o objetivo de aumentar a atenção, tanto para o tradutor e intérprete, quanto para a aula;
- Implementação de estratégias visuais previamente elaboradas com o professor para a facilitação da aprendizagem dos conteúdos;
- Participação nos planejamentos coletivos com os demais profissionais da Unidade de Ensino;
- Encorajamento do estudante para interagir com os demais colegas de classe;
- Compartilhamento de saberes em reuniões pedagógicas ou formações descentralizadas;
- Participação nos colegiados de classe da turma do estudante surdo, com o objetivo de contribuir com a avaliação descritiva ou avaliação numérica;
- Verificação de possíveis indicativos de sofrimentos emocionais e exclusão educacional do estudante que precisam ser acolhidos pela equipe escolar;
- Discussão com o professor de Libras sobre possíveis assuntos a serem trabalhados com o estudante no atendimento AEE.

Verifica-se, nestas estratégias, que há questões específicas do ambiente escolar, como a possibilidade de movimentar-se nos discursos em direção ao repertório do estudante surdo. Observa-se também uma preocupação com o processo de ensino aprendizagem do estudante surdo, que está entrelaçado nos discursos presentes em todo ambiente escolar, não somente na relação professor-estudante. Há, ainda, uma mediação maior entre o professor/TIE/estudante, considerando as discussões realizadas previamente com os professores sobre conteúdo e a aprendizagem do estudante. Ou seja, existem especificidades para o trabalho na área educacional, uma vez que, o objetivo ultrapassa a tradução e interpretação dos discursos e passa a envolver estratégias linguísticas para facilitar a aquisição do conhecimento do

estudante. Considerando esses aspectos, questiona-se aqui, quais as exigências postas para a contratação desse profissional nos editais relacionados à área educacional.

## **A CONTRATAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE EDUCACIONAL: ASPECTOS DE FORMAÇÃO**

A formação do TIE no Brasil é heterogênea e, com isso, a exigência de pré-requisitos para sua contratação também é ampla, podendo ter nível médio, superior e pós-graduação (Lacerda, 2009). Os TIEs formados em nível superior podem apresentar graduações em qualquer área, não especificamente na graduação em curso superior de tradução e interpretação. Lembrando aqui que a Lei nº 12.319 de 2010 regulamentou a profissão, mas vetou a exigência do pré-requisito da habilitação em curso superior de tradução e interpretação de Libras, abrindo um leque de possibilidades na formação do tradutor e intérprete educacional.

Assim, de acordo com a Lei nº 12.319, a exigência de formação é em nível médio, com complementação em cursos de educação profissional, extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. Há, assim, um contrassenso, pois o decreto nº.5626 estabeleceu a formação em nível médio somente no período de dez anos, após, a exigência seria o curso superior em tradução e interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa (Brasil, 2005). Ou seja, até 2015 apenas.

Essa falta de regulamentação para os pré-requisitos da contratação e formação reverbera nas exigências legais que apresentam diferentes requisitos dos editais municipais, estaduais e federais. Por exemplo, em algumas instituições a exigência é por profissionais formados em Letras-Libras, em outros cursos de nível superior em qualquer área e, dependendo do edital de contratação, é exigido documentação que comprove estudos na área de Libras, seja por cursos complementares ou a aprovação em exames de proficiência.

Para dar maior visibilidade a essa discussão foi realizada uma busca por editais de contratação em caráter temporário de TIEs, em virtude da maior oferta de vagas e da baixa efetivação de profissionais para este cargo. Dessa forma, buscou-se os editais disponíveis nos vinte e seis estados brasileiros entre 2019 a 2023. Optou-se pelos editais estaduais com a proposta de dar maior visibilidade às possíveis diferenças entre os estados brasileiros. No período pesquisado, foi possível encontrar dezenove estados com editais<sup>18</sup> disponíveis para o cargo. Ao analisar os editais, constatam-se divergências e convergências nos pré-requisitos

<sup>18</sup> Editais Pesquisados: Edital nº 13/2022 (RS), Edital nº 2213/2021 (SC), Edital nº 70/2022 (PR), Edital de credenciamento - 2023 (SP), Edital nº 02/2023 (MG), Edital 2022 (MS), Edital nº 008/2021 (GO), Edital nº 032/2022 (ES), Edital nº 22/2022 (SE), Edital 2023 (RR), Edital nº 199/2021 (RO), Edital nº 15/2022 (RN), Edital nº 02/2022 (PA), Edital Nº 006/2023 (MA), Chamada pública 2021 (CE), Edital nº 001/2019/2020 (AM), Edital nº 001/2019 (AP), Edital nº 001/2020 (AL), Edital nº 001/2023 (AC).

para a contratação. Alguns editais exigem formação específica em tradução e interpretação, mas também aceitam profissionais graduados em qualquer área, como pode ser observado no quadro abaixo:

**Quadro 6** - Exigências por Estado

<b>Letras Libras Bacharelado</b>	<b>Letras Libras Licenciatura</b>	<b>Curso superior em qualquer área</b>	<b>Nível médio ou Magistério</b>
Santa Catarina	Paraná	Rio Grande do Sul	Paraná
Paraná	São Paulo	Santa Catarina	São Paulo
São Paulo	Minas Gerais	Paraná	Espírito Santo
Mato Grosso do Sul	Mato Grosso do Sul	São Paulo	Sergipe
Espírito Santo	Rio Grande do Norte	Minas Gerais	Rondônia
Sergipe	Maranhão	Espírito Santo	Pará
Maranhão	Ceará	Sergipe	Alagoas
Ceará	Amapá	Roraima	
Amapá		Maranhão	
Acre		Ceará	
		Amazonas	
		Amapá	
		Acre	

Fonte: As autoras com referência aos editais.

Dos dezenove editais consultados, nenhum apresenta exclusivamente a opção de formação em Letras Libras bacharelado. Todos os editais consultados admitem outras formações, caso o TIE não possua a formação específica. Essa situação reflete diversos contextos, como a falta de profissionais formados, o não reconhecimento do cargo pelos órgãos competentes e a oferta limitada de cursos superiores específicos.

Soma-se a isso o fato de que a região Nordeste é a menos assistida com políticas públicas voltadas para a formação do TILS, uma vez que não oferece curso de Letras Libras em grau de bacharelado. Como resultado, faltam TILS na região e sobram estudantes surdos sem direito a interação, como visto na manchete do jornal de 25 de maio de 2023. O jornal Folha de São Paulo<sup>19</sup> noticiou a reivindicação dos estudantes surdos que estão sem tradutores e intérpretes em sala de aula no município de Salvador (Brasil, 2023).

<sup>19</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/alunos-surdos-de-salvador-ficam-sem-intepretes-de-libras-nas-escolas-municipais.shtml#:~:text=Alunos%20surdos%20de%20Salvador%20ficam,05%2F2023%20%2D%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Folha>

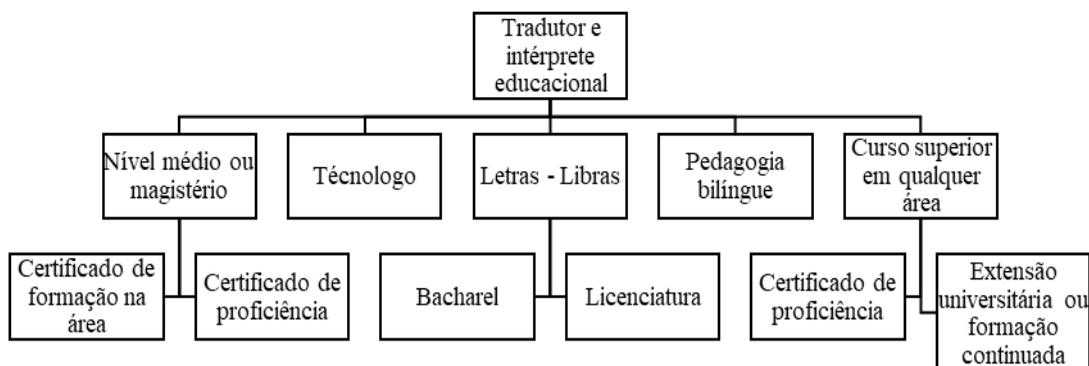
Vale ressaltar que, até mesmo nos estados que oferecem a formação superior para TILS, encontram-se dificuldades na contratação dos profissionais, como é o caso dos estados da região Sudeste, que possuem a maior oferta de cursos superiores específicos, e ainda assim, admitem outras formações para atender a demanda dos estudantes. Logo, verifica-se nos editais consultados que a formação específica para TILS no curso Letras Libras Bacharelado ainda não é o pré-requisito principal. Dessa maneira, as Instituições se veem obrigadas a solicitar outras possibilidades de formação.

Não obstante, outra situação evidenciada nas leituras dos editais supracitados, é a falta de concordância entre a legislação que reconhece o cargo do tradutor e intérprete de Libras, a Lei nº 12.319/2010, que institui a formação em nível médio, e o Decreto nº 5.626/2005, que estabelece formação em nível superior.

Ressalta-se ainda que o TILS com formação em nível médio apresenta carências relacionadas a vários saberes teóricos. É desnecessária, neste contexto, a comparação entre conteúdos e carga horária de cursos de proficiência em Libras e os cursos de graduação no que se relaciona a aulas práticas, teóricas e estágios. Além disso, sabe-se que a capacitação dos professores universitários, projetos de extensão e pesquisa têm impacto significativo na formação. Considera-se ainda que os cursos de graduação são oferecidos majoritariamente por universidades públicas em que o nível de admissão é, primordialmente, doutorado, um contexto muito diferente dos cursos de proficiência. Contudo, não se pode deixar de considerar sua importância histórica, mesmo na atualidade, considerando a quantidade de profissionais que não têm acesso a universidade e que vivem em regiões isoladas do país.

Para finalizar, demonstra-se abaixo a diversidade nas formações encontradas neste estudo e, desta forma, a falta de regulamentação e de profissionais formados para o trabalho.

**Figura 1** - Exigências para contratação do tradutor e intérprete educacional



Fonte: As autoras, a partir dos dados retirados nos editais citados anteriormente.

É importante ressaltar que a língua de sinais foi reconhecida apenas em 2002, Lei nº 10.436, e o primeiro curso de graduação em Letras Libras em 2006. Diante disso, compreende-se que mesmo após 20 anos, ainda exista um longo caminho para a legitimação da profissão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões ao longo deste artigo apontam para três questões básicas: (1) De que forma os cursos de graduação estão promovendo a formação para atuação no ambiente educacional? (2) Existe alguma habilidade específica para atuar na interpretação e tradução na área de educação? (3) Qual a exigência de formação nos processos seletivos para TIE?

Com relação a formação da graduação, identifica-se que é perceptível a necessidade de avanços no que compete aos cursos de graduação e suas matrizes curriculares sobre a temática educacional. O levantamento realizado apontou para a baixa quantidade de disciplinas ofertadas com foco no TIE. Levando em consideração que este é um dos campos de maior atuação dos profissionais, acredita-se que a oferta de disciplinas precisa ser ampliada. Dessa forma, há uma demanda urgente para a reformulação das ementas ou aumento de carga horária relacionadas a este conhecimento nos cursos de graduação em nível bacharelado. Considera-se ainda a discussão sobre a carga horária para disciplinas teóricas, práticas e estágios levando em conta que as vivências do cotidiano escolar são fundamentais para a formação do aluno.

Com relação ao conhecimento específico na área de educação, ele envolve vários aspectos: processos de ensino e aprendizagem, conhecimento do cenário de uma sala de aula e da estrutura de uma instituição de ensino, saber sobre metodologias avaliativas e recursos metodológicos de ensino e ainda sobre inclusão, alunos com múltiplas deficiências e transtornos, dentre outras especificidades. Ou seja, é necessário preparar o TILS para a sala de aula, quer seja contratado com formação em pedagogia, quer seja com formação em Letras-Libras. Acredita-se que esse conteúdo deve fazer parte da graduação, embora os cursos de formação e especializações sejam importantes para atualização e aprofundamento na área educacional. Mas este não pode ser o único caminho considerando que há várias localidades do Brasil em que a oferta de cursos de formação ainda é baixa. Acrescente-se a este problema a formação de TILS apenas com ensino médio.

Conjuntamente a isso, os editais refletem a falta de profissionais em várias regiões do Brasil. Sendo o Brasil um país continental e com tantas diferenças socioeconômicas, a formação e a carência de profissionais são diferentes para cada região, estado e até mesmo municípios. Desta forma, as práticas do século passado ainda são legitimadas como a contratação de pessoas com ensino médio. Porém, é preciso ressaltar que são esses profissionais de ensino médio, contratados em alguns lugares, os únicos responsáveis por propiciar uma

educação bilíngue inclusiva para os alunos surdos e por oferecer a língua de sinais para que os estudantes tenham condições de aprendizagem e muitas vezes, os únicos a oferecerem a inclusão linguística e educacional.

## REFERÊNCIAS

- ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. 1ª ed. São Paulo: Harmonia, 2015.
- ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. **Bakhtiniana**: Revista de Estudos do Discurso, v. 13, p. 15-41, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457335335>. Acesso em: 15 out. 2022.
- ANATER, Gisele Iandra Pessini; PASSOS, Gabriele CR dos. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de tradução**, v. 2, n. 26, p. 207-236, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4925822>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- ANTONIO, Luis Cláudio Oliveira; MOTA, Paola Rodrigues; KELMAN, Celeste Azulay. A formação do intérprete educacional e sua atuação em sala de aula. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 3, p. 1032-1051, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i3.8105. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8105>. Acesso em: 20 mar. 2023
- BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 18 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL. **Viver sem Limite**: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm). Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL, Mariana. **Alunos surdos de Salvador ficam sem intérpretes de Libras nas escolas municipais**. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/alunos-surdos-de-salvador-ficam-sem-interpretes-de-libras-nas-escolas-municipais.shtml#:~:text=Alunos%20surdos%20de%20Salvador%20ficam,05%2F2023%20%2D%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20Folha>. Acesso em: 14 jun. 2023
- COSTA, Renata dos Santos. **O professor intérprete de libras em uma escola polo do município de Nova Iguaçu**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRJ. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190829>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

LACERDA, Cristina B. F. de. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres. O intérprete de libras no contexto da pós-graduação: um olhar para o gênero do discurso. **Cadernos de Tradução**, v. 41, p. 107-127, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2021.e85313> Acesso em: 20 jan. 2023.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. SANTOS, Lara Ferreira dos; Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. **Cadernos de Tradução**, n. 2, p. 505-533, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5280309>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTOS, Kátia Andréia Souza dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de libras-português no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 13, p. 63-82, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457335404>. Acesso em: 18 nov. 2023.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Posição-mestre**: desdobramentos foucaultianos sobre a relação de ensino do intérprete de língua de sinais educacional. 2013. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185118>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Vinícius. Da formação comunitária à formação universitária (e vice-versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto. **Cadernos de Tradução**, n. 2, pág. 78-112, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5280305>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Gabriel da Silva Xavier. Atuação do intérprete educacional e o aprender surdo: análise da posição-mestre na relação educativa em sala de aula inclusiva. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 36, n. 78, p. 1715-1744, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v36n78a2022-66231. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducaoFilosofia/article/view/66231>. Acesso em: 16 nov. 2023.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius Batista. **Formação de intérpretes de libras e língua portuguesa**: encontros de sujeitos, discursos e saberes. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19562>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 287-318, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/010318138651578353081>. Acesso em: 22 ago. 2022.

RODRIGUES, Carlos Henrique. O corpo de disciplinas de tradução na formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil: conteúdos, carga horária e competências. **Belas Infieis**, Brasília, Brasil, v. 8, n. 1, p. 145-162, 2019. DOI: 10.26512/belasinfeis.v8.n1.2019.12775. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfeis/article/view/12775>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SANTOS, Lara Ferreira dos. Relações mediadas: a formação do intérprete educacional no contexto da educação de surdos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 2578–2592, 2021. DOI: 10.21723/riace.v16i4.13485. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485>. Acesso em: 23 jan. 2023

SOUZA, Regina Maria de. O professor intérprete de língua de sinais em sala de aula: ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem. **ETD Educação Temática Digital**, v. 8, p. 154-170, 2007. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922007000100012&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1676-25922007000100012&script=sci_abstract). Acesso em: 20 jan. 2023.